

**Desenvolvimento sustentável, enfrentamento da violência
e cultura de paz^o**
(Sustainable development, coping with violence and culture of peace)

Simone Barros de Oliveira
Patrícia Krieger Grossi*

Resumo – Este artigo aborda o desenvolvimento sustentável, que articula os elementos ambientais, econômicos e sociais e constitui-se em um dos grandes desafios do milênio. A partir dessa concepção, sinalizamos caminhos para a construção da cultura da paz que podem subsidiar o trabalho do assistente social na prevenção da violência.

Palavras-chave – Desenvolvimento sustentável. Violência. Cultura de paz.

Abstract – This article is focused on the sustainable development that links environmental, economic and social elements, and it is one of the great challenges of this millennium. From this conception, we signalized paths for the construction of a peace culture, which can contribute with subsidies for social workers in the prevention of violence.

Key words – Sustainable development. Violence. Peace culture.

Introdução

Refletir sobre o Desenvolvimento Sustentável torna-se um grande desafio, pois se apresenta como um tema emergente e instigante na sociedade contemporânea. Ele nos leva a repensar nosso modo de vida e compromisso com uma sociedade sustentável, que seja capaz de atender às suas necessidades internas e, ao mesmo tempo, à preservação ou manutenção dos ambientes e recursos naturais. Uma sociedade sustentável, segundo a fundamentação da Unesco (1999, p. 49), será “aquela que em todos os aspectos da vida cívica e pessoal sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável e todas as instituições públicas, em todos os níveis de governos, trabalhem para avançar esse tipo de sociedade”. A sustentabilidade

^o Artigo recebido em 29.03.2007. Aprovado em 29.06.2007.

* *Simone Barros de Oliveira* – Doutoranda em Serviço Social da PUCRS, Porto Alegre/RS, Brasil. Assistente social. Mestre em Serviço Social da PUCRS. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violência – NEPEVI – FSS-PUCRS. *Patrícia Krieger Grossi* – Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, Porto Alegre/RS, Brasil. Assistente Social. PhD pela Universidade de Toronto, Canadá. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência-NEPEVI – FSS-PUCRS.

consiste em um equilíbrio entre as exigências ambientais e as necessidades do desenvolvimento.

Mas, para se chegar a uma sociedade sustentável, é necessário o envolvimento de todos os atores sociais, sem que nenhum de seus segmentos seja excluído, pois o desenvolvimento sustentável deve ser um objetivo planetário, ou seja, de toda a humanidade. No entanto, há de se compreender inicialmente o significado do desenvolvimento sustentável que é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras satisfazerem suas necessidades (Unesco, 2005, p. 29). Este artigo traz contribuições para um debate atual e urgente para os profissionais do Serviço Social frente à degradação do meio ambiente e à necessidade de criar alternativas para a sustentabilidade da vida no planeta e a garantia do direito à vida.

Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável não deve ser entendido apenas como uma categoria econômica, mas também remete ao conceito de cidadania e direitos humanos, porque o desenvolvimento exige que haja eficiência econômica sem deixar de lado os fatores de justiça social e o respeito ao meio ambiente. O desenvolvimento sustentável consiste nada mais do que em criar um modelo de desenvolvimento que seja capaz de gerar riqueza e, ao mesmo tempo, bem-estar, promovendo uma coesão social que impeça a destruição dos recursos naturais sem comprometer a produção, fazendo proveito da natureza, buscando maior qualidade de vida. Ele se preocupa com o equilíbrio do planeta e com os problemas atuais do modelo de desenvolvimento capitalista centrado no lucro (Unesco, 2005). Busca, ainda, equidade entre presente e futuro, entre países e continentes, entre raças e classes, entre sexos e gerações. De forma simples e ao mesmo tempo complexa, visa a desenvolver a harmonia entre os seres humanos e a humanidade e entre a humanidade e a natureza.

A vinculação do desenvolvimento social com o meio ambiente é necessária para que se possa alcançar o desenvolvimento sustentável, que articula os elementos ambientais, econômicos e sociais.

Garantir a sustentabilidade ambiental constitui-se num dos grandes objetivos do Plano Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pois, segundo as informações desta instituição, um bilhão de pessoas no planeta ainda não tem acesso à água potável, muito menos ao saneamento básico. E estes dois fatores são essenciais para a qualidade de vida da

população. Observa-se que, sem a adoção de políticas e programas ambientais, pouco se fará para a conquista da melhoria de vida das pessoas.

O desenvolvimento sustentável, para Sachs (2000), tem por objetivo alcançar um crescimento econômico e social que não dilapide o patrimônio natural das nações sem perturbar os equilíbrios ecológicos. Segundo Sachs (1993, p. 24-27), ao se planejar o desenvolvimento sustentável, há que se considerar algumas dimensões que caminham em direção à sustentabilidade, indicadas a seguir:

- a) Sustentabilidade social, isto é, a consolidação de um processo de desenvolvimento com o objetivo de construir uma civilização com maior equidade, visando a melhorar as condições de acesso aos direitos referentes aos aspectos materiais e não-materiais.
- b) Sustentabilidade econômica: visa à alocação e gestão de forma eficiente dos recursos.
- c) Sustentabilidade ecológica: sugere a intensificação do uso dos recursos potenciais dos ecossistemas com mínimo dano aos sistemas de sustentação da vida.
- d) Sustentabilidade espacial: objetiva melhor distribuição de assentamentos humanos e atividades econômicas com ênfase na promoção de projetos de agricultura regenerativa e agroflorestamento, e no estabelecimento de uma rede de reservas materiais da biosfera; sustentabilidade cultural, que busca processos de mudanças da continuidade cultural que respeite cada ecossistema, que para Morin (2001, p. 27) significa “o conjunto das interações entre as populações vivas no seio de uma determinada unidade”.

Uma das perspectivas da sustentabilidade diz respeito à preocupação com a geração de riquezas, tendo por objetivo distribuí-las para melhorar a qualidade de vida da população e, conseqüentemente, a qualidade ambiental do planeta. O desenvolvimento sustentável não desconsidera a igualdade, a justiça social e o fortalecimento da cidadania. Preocupa-se com a qualidade de vida e bem-estar da sociedade, ao mesmo tempo em que provoca, em cada ser humano, o sentimento de pertencimento e cidadania. Neste sentido, o desenvolvimento sustentável busca atender às necessidades presentes da população planetária, mas na perspectiva do cuidado, de forma que as ações do cidadão de hoje não comprometam as gerações futuras.

O processo histórico vem demonstrando a necessidade de a sociedade organizar-se em prol da problemática ambiental. A discussão em torno da problemática ambiental não é recente. Iniciou na segunda metade do século XIX, quando, a partir de vários estudos, chegou-se à conclusão de que a degradação ambiental nada mais é do que as conseqüências do uso descontrolado dos recursos da terra, passando a desenvolver a idéia de desenvolvimento com preservação. São amplas as discussões em torno da temática, a começar pelas Nações Unidas, que já em 1972 realizou a Conferência sobre Ambiente Humano na cidade de Estocolmo, na Suécia, com a participação de 113 países, ocasião em que se discutiu a preservação do meio ambiente e o modelo de crescimento econômico no mundo. Em 1975, a Unesco realizou o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, e em 1977 realizou a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Em 1986, a ONU criou a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que deu início a estudos intitulados de “Nosso Futuro Comum”, concluídos em 1987, com a apresentação de um diagnóstico dos problemas ambientais, sugerindo que o desenvolvimento econômico fosse integrado às questões ambientais. No ano de 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a Eco/92, com a presença de 177 países.

Na Conferência Eco/92, saiu a proposta do desenvolvimento sustentável, na perspectiva da justiça social e da preservação da vida. Só a partir dessa conferência é que o Desenvolvimento Sustentável passou a ser aceito e difundido, resultando num plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente pelas organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, conhecido como Agenda 21, cujo objetivo foi “refletir um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que se diz respeito ao desenvolvimento e cooperação ambiental... o êxito de sua execução é responsabilidade antes de mais nada, dos governos” (ONU, 1997, apud Dornelles, 2005, p. 9). A Agenda 21 reúne o mais amplo conjunto de premissas e recomendações sobre como as nações devem agir para alterar seu vetor de desenvolvimento em favor de modelos sustentáveis e iniciarem seus programas de sustentabilidade. O compromisso dos países firmado com a Agenda 21 culminou em 2002 com a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, também chamada de Rio+10, realizada na África do Sul, na cidade de Johannesburg, onde foram traçados objetivos como a alteração nos padrões de produção e de consumo, a proteção dos recursos naturais e a erradicação da pobreza (Dornelles, 2005, p. 88). Hoje, esse modelo é perseguido por muitos países.

Diante de tais objetivos, percebe-se que o desenvolvimento sustentável caminha em direção à construção de uma sociedade que seja também sustentável, o que pressupõe o

respeito ao meio ambiente, a busca da qualidade de vida a partir de formas concretas de enfrentamento da miséria, pobreza e exclusão social, expressões visíveis da questão social.

Há, no contexto atual, uma necessidade de a sociedade organizar-se de forma diferente em relação à natureza e a seus modos de produção, levando em consideração a sustentabilidade, que se refere às maneiras de pensar o mundo e as formas de prática pessoal e social que levam a indivíduos cujas ações são norteadas por princípios éticos e comunidades com compromissos coletivos baseados na tolerância e igualdade, sistemas sociais e instituições participativas e práticas ambientais que valorizem e sustentem processos ecológicos de apoio à vida (Unesco, 2005, p. 30).

Percebe-se que há uma grande necessidade de se trabalhar no setor da educação na perspectiva da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável; as escolas têm um papel fundamental no desenvolvimento de um processo de conscientização e de intervenção na realidade, com a contribuição do Serviço Social, em possibilidades diversas, a partir de um processo de trabalho, como por exemplo, o de propiciar momentos de debates para que a comunidade escolar identifique as conseqüências provenientes de hábitos que sejam de agressão à natureza; estimular novos hábitos que sejam de preservação e cultivo do meio ambiente; favorecer o sentimento de pertencimento social e cidadania; capacitar o corpo docente para a implementação dos princípios do desenvolvimento sustentável na escola e em seu entorno social. A educação é necessária para promover novos hábitos domésticos e novas relações sociais e é um meio eficaz de alcançar o desenvolvimento sustentável.

São muitos os problemas ambientais e eles se apresentam como novas expressões da questão social, objeto da profissão do Serviço Social. Como novas expressões, um dos caminhos de enfrentamento é a introdução do desenvolvimento sustentável na vida da sociedade contemporânea, instigando novos hábitos domésticos e novas relações sociais. No entanto, vive-se em uma sociedade que impõe limites para que o desenvolvimento sustentável se viabilize. Para que isso seja possível, faz-se necessário que haja condições nos aspectos políticos, ambientais, sociais e econômicos, pois a sociedade encontra-se globalizada e direcionada pelo capitalismo que estimula o consumo exacerbado. A grande diferença entre crescimento e desenvolvimento sustentável é que o primeiro não conduz à igualdade, muito menos à justiça social, porque leva em consideração apenas o acúmulo de riquezas; quanto ao segundo, este se preocupa com a geração de riquezas, mas com o objetivo de distribuí-las na perspectiva de melhorar a vida da população, considerando a qualidade e o equilíbrio do planeta. Isso só será possível com a adoção e o investimento em políticas públicas que possam gerar emprego, segurança, educação e saúde. Sem políticas ambientais, pouco se conservará,

muito menos em grande escala, que é o que se almeja para que haja desenvolvimento social sustentável.

De acordo com o Plano de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis, presente na obra de Carvalho (2004, p. 235-239), para que de fato caminhemos em direção a essa construção, faz-se necessário considerar alguns princípios, entre eles, o pensamento crítico inovador para que se possa promover a transformação da sociedade. Envolve também atitude política baseada na transformação social, envolvendo questões relacionadas ao meio ambiente, saúde, democracia, fome, degradação, entre outras, valorizando diferentes formas de conhecimento que capacite as pessoas a trabalharem os conflitos sociais de maneira justa.

A intervenção na resolução de conflitos, baseada nos princípios da Cultura da Paz, novo tópico a ser abordado, procura transformar cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

Cultura de paz

Na concepção de Milani (2003, p. 31), a construção de uma cultura de paz exige a necessidade de transformações

indispensáveis para que a paz seja o princípio governante de todas as relações humanas e sociais que vão desde a dimensão de valores, atitudes e estilos de vida, até a estrutura econômica e jurídica e a participação cidadã.

Para Boulding (2000), a cultura da paz é uma cultura que promove a diversidade pacífica, o reconhecimento das diferenças, incluindo modos de vida, padrões de crença, valores e comportamentos, bem como os correspondentes arranjos institucionais que promovem o cuidado mútuo e bem-estar, e o compartilhamento igualitário dos recursos da terra entre seus membros.

A partir destas concepções, percebe-se que, para que a sociedade viva uma cultura de paz, é preciso o reconhecimento e a integração das diferentes culturas (Correa, 2003, p. 97). A construção e o fortalecimento da mesma exigem ações tais como fortalecimento da identidade pessoal e cultural, vivência, reflexão e respeito aos valores éticos universais, educação ambiental, sensibilização quanto a questões étnicas e de gênero, mobilização e promoção do bem-estar coletivo, bem como aprendizado para que os conflitos sejam resolvidos de forma pacífica e não de forma violenta, indo ao encontro do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Proclamar uma cultura de paz é o mesmo que proclamar a redução dos extremos de pobreza e riqueza, a adoção de políticas públicas de equalização no acesso e exercício de direitos sociais e civis básicos para aqueles grupos hoje considerados minoritários. Estabelecer a convivência em harmonia significa possibilitar condições de vida, educação, moradia, saúde, direito de expressão, liberdade de ir, vir, permanecer, de trabalho, dentre outros (Jares, 2002).

Segundo Maldonado (1997), a cultura de paz demanda uma nova maneira de abordar os conflitos. É essencial valorizar a vida e a afetividade nos relacionamentos, considerar o conflito como algo que surge das inevitáveis diferenças. O conflito pode ser considerado como algo que amplia o panorama da diversidade cultural e histórica. Cultura de paz baseia-se em não-violência, tolerância, compreensão mútua, solidariedade e capacidade de resolver o conflito de modo pacífico. É preciso estabelecer um código de ética planetário, dando origem a novos padrões de conduta de indivíduos, grupos e nações.

Perspectiva de enfrentamento da violência através do desenvolvimento sustentável para a construção de uma cultura de paz

A questão da violência tem sido o tema de muitos estudos e pesquisas. Em encontros de nossa categoria profissional, essa temática se apresenta no eixo da transversalidade, o que significa que ela perpassa o cotidiano de nossa vida e de nossa ação profissional. O Assistente Social lida diretamente com a violência no exercício da profissão, seja ela social, econômica, política, cultural. Para Silva (2004, p. 136-137), a violência é construída e operacionalizada no modelo societário em que vivemos, sob condições existentes, influenciada pelo modo como a sociedade está organizada. Portanto, faz-se necessário “explicá-la a partir de um complexo circuito que se produz e reproduz em uma dada sociedade, a partir de condições específicas com maior ou menor intensidade”. Segundo a mesma autora, “o aprofundamento ou não da violência é produto da prática social e coletiva dos homens, confrontada pela correlação de forças e das lutas sociais coletivamente estabelecidas em determinado momento histórico” (Silva, 2004, p. 140).

O Serviço Social caracteriza-se como uma profissão interventiva; neste sentido, diante da complexidade da violência, “tem o compromisso ético-político frente à violação dos direitos humanos (Grossi et al., 2005. p. 3). Em relação à violência, esta se expressa de diferentes formas e torna-se cada vez mais um fenômeno complexo, que tem preocupado diferentes segmentos da sociedade. Nosso compromisso interventivo deve ser pautado por

uma “ética coletiva, formativa e inclusiva, que nega a fragmentação das pessoas e das comunidades, mas que responsabiliza a todos pelo destino coletivamente traçado, porque garante a igualdade de participação” (Grossi et al., 2005, p. 3). Segundo Costa e Gomes (1999, p. 159),

a violência possui uma fecundidade própria, ela se engendra a si mesma. É preciso então sempre analisá-la em rede, em entrelaçamento. Suas formas e aparências mais atrozes e às vezes mais condenáveis frequentemente ocultam, entre outras situações de violência menos escandalosas, por encontrarem-se prolongadas no tempo e protegidas, pelas ideologias ou pelas instituições de aparência respeitável.

Percebe-se, nesse contexto atual da sociedade, a urgência de uma educação inclusiva voltada para uma cultura de paz, cabendo aos diferentes segmentos da sociedade, o enorme desafio de “rastrear as cenas constitutivas da violência e os efeitos que são presenciados, para que sejam identificados os dispositivos de poder inerentes a elas, e para que sejam construídas estratégias de superação da violência com ações voltadas para uma cultura de paz” (Grossi et al., 2005, p. 25). Mas essa paz é construída a partir de sua associação com a justiça social, igualdade e solidariedade. Atualmente vivemos um período de grandes transformações sociais que interferem diretamente em nosso cotidiano. No contexto urbano, a violência está presente em todos os espaços sociais. Se ligarmos a televisão ou rádio, ou abrimos jornais e revistas, esse tema está presente, pois se constitui em um dos principais temores do cidadão brasileiro. Quem não tem medo da violência? Nesse contexto, encontramos a violência social, que é formada por um conjunto complexo de fatos e causas. Segundo Guimarães (2003, p. 8),

a conjuntura socioeconômica contemporânea tem gerado progressivamente, especialmente nos países periféricos, pobreza e exclusão social. Há concentração de riqueza, de poder e de conhecimento nas mãos de uma pequena elite, com a exclusão da grande massa populacional. A pobreza e a exclusão social geram medo e insegurança, favorecendo o aparecimento da violência.

A violência é veiculada nos meios de comunicação e entre a própria população, sob diferentes aspectos e expressões. Ouve-se falar da violência referente ao crime, à marginalidade, à miséria, à corrupção do Estado, de lideranças políticas que usam do poder público para negligenciar o povo, entre outras, de forma que ela ganha diferentes faces e olhares de pessoas, grupos e sociedades diferenciadas.

Na perspectiva do enfrentamento e prevenção da violência, pode-se agregar valores como os da cultura de paz, que, para Milani (2003, p. 31), “significa e pressupõe trabalhar de

forma integrada em prol das grandes mudanças ansiadas pela maioria da humanidade”. Neste sentido, compartilhamos a posição de Guimarães (2003), que sustenta ser necessário abolir preconceitos, fortalecer a capacidade de mudança e empoderar jovens e crianças na educação para a paz, pois as pessoas têm poderes diferenciados e é preciso incentivá-las a lidar com os poderes. É preciso criticar o currículo oculto, superando a cultura que reproduz a violência, e criticar a violência de forma histórica, discutindo, além dos congressos, nos pequenos grupos por onde circulamos, criando referências não-violentas pessoais e comunitárias. Para criar uma sociedade de paz, o primeiro passo é criar comunidade, criar relação, começar a ligar a paz com a idéia de uma sociedade democrática e inclusiva. Este autor defende a idéia de que a paz se aprende, a paz não é um estado, mas uma construção, e essa construção se faz quando se empodera as pessoas para a não-violência, num processo dialógico-conflitivo de ressignificação das práticas educativas tanto da escola, como da sociedade de um modo geral.

A cultura da educação para a paz está voltada para valores como respeito aos direitos individuais e coletivos, tolerância, respeito à diversidade, solidariedade, diálogo, desenvolvimento e justiça social (Abramovay et al., 2001, p. 19). Valores estes que vão ao encontro do projeto ético-político profissional cujos princípios são baseados na liberdade, defesa dos direitos humanos e busca de construção da cidadania. Isso porque o oitavo princípio do nosso Código de Ética (1993, p. 21) desafia-nos a uma “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”. Isso nos leva ao compromisso com a realização do bem comum, do bem público e com a construção de uma sociedade mais justa na perspectiva de um mundo melhor para todos. No que se refere à justiça social, o artigo quinto é claro: nosso posicionamento deve ser “em favor da equidade e da justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”, o que nos leva a lutar por uma sociedade mais justa a partir da implementação de políticas públicas capazes de garantir pelo menos os direitos sociais. Já o segundo princípio nos orienta para uma solidariedade ativa que nos leva ao encontro da “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”, pois os seres humanos, ao nascerem livres e iguais em dignidade, devem agir numa correlação de fraternidade. E o sexto princípio nos desafia para o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação dos grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”, o que implica não discriminar por questões de gênero, raça, etnia, classe social, religião, nacionalidade e orientação sexual. É necessário que a escola trabalhe no sentido de uma

cidadania que reconheça as diferenças mencionadas acima, bem como a singularidade dos seres humanos.

Nesse processo, a sociedade em geral dialoga na perspectiva da superação de preconceitos e discriminações sociais, raciais, familiares, econômicas, entre outras, desenvolvendo potencialidades numa relação de reciprocidade, que leva ao encontro de respostas para uma vida mais digna.

Um dos aspectos significativos da educação voltada para uma cultura de paz, na perspectiva do enfrentamento da questão social e da exclusão, é a inclusão social que, segundo nosso olhar, deve considerar as diferenças culturais, políticas, econômicas e sociais, pois vivemos numa realidade múltipla e complexa. É necessário trabalhar no sentido de uma cidadania que reconheça as diferenças sociais, bem como a singularidade dos seres humanos.

Pode-se dizer que o enfrentamento e a prevenção da violência incluem a busca constante de uma cultura de paz, levando em consideração o resgate de valores já citados anteriormente, construídos historicamente, mas que, no contexto atual, diante da velocidade das mudanças, estão gradativamente se perdendo. O desenvolvimento sustentável contribui para a construção da cultura de paz, pois implica valores universais como vida longa saudável, educação, participação política, democracia social e participativa e não apenas representativa, garantia de respeito aos direitos humanos e proteção contra a violência [...] tais valores somente se alcançam se há um cuidado na construção coletiva do social (Boff et al., 2000).

Considerações finais

Estas reflexões nos levaram a perceber a necessidade de ser introduzida na sociedade contemporânea uma nova cultura, uma cultura que nos leve a uma nova forma de relação com o ambiente em que vivemos, com seus significados, transformando o desenvolvimento sustentável em cultura, denominada de Cultura de Paz. E, ainda, produzindo ambientes de vida para uma sociedade sustentável, pois estamos no mundo e participamos da vida em sociedade, sendo portadores e mediadores de novas compreensões sobre o mundo, reinterpretando seus significados, desenvolvendo novos desdobramentos, pois somos seres onde a natureza em processo gradativo se transforma continuamente.

Desenvolvimento sustentável e cultura de paz estão intrinsecamente relacionados, ambos nos dão a possibilidade de formação de sujeitos éticos capazes de compreender que o ambiente ao nosso redor e a natureza que nos cerca deve existir para além de nossas necessidades imediatas e de consumo humano descontrolado. Estamos no mundo, o que pressupõe responsabilidade por ele, o que nos desafia para uma mudança de valores e

atitudes, problematizando as expressões da questão social e agindo sobre elas, especialmente no que diz respeito à problemática ambiental que encontra possibilidades de superação pela cultura da paz através do desenvolvimento sustentável. Ambos nos levam em busca da construção de uma cidadania ambiental, a qual nos instiga a tomadas de atitudes mais ecológicas, atitudes estas que pressupõem “responsabilidade ética e social, considerando a solidariedade e a justiça como faces de um mesmo ideal de sociedade” (Carvalho, 2004, p. 181).

O desenvolvimento sustentável é extremamente pertinente para a construção de uma sociedade baseada em princípios de uma Cultura de Paz. Para tanto, algumas atitudes práticas e comprometidas precisam ser adotadas, tanto no âmbito da esfera pública quanto no âmbito da esfera privada e da sociedade como um todo. Essas atitudes, como o apoio à implementação de práticas sustentáveis, podem dar-se através da conscientização e disseminação de informações nas escolas, vistas como um espaço de socialização do conhecimento e da aprendizagem. O estímulo à reciclagem e reutilização de materiais é fundamental, bem como o apoio e promoção de alternativas de renda através da estruturação de cooperativas, com a inclusão de grupos discriminados, como mulheres e minorias étnicas, entre outros. Práticas como essas podem nos levar à construção de uma cultura de paz, pois para que haja relações de paz, de respeito, de cooperação, de cuidado, é preciso sair das boas intenções, superar o discurso e fazer com que ambos se tornem realidade em nossas vidas. Promover o desenvolvimento sustentável para uma Cultura de Paz pressupõe viver e trabalhar para as grandes mudanças pelas quais a humanidade tanto anseia, como a justiça social e igualdade. Esse compromisso também é do Serviço Social que busca romper com a lógica da exploração-dominação e desenvolve ações em direção a uma nova ordem societária mais justa.

Referências

- ABRAMOVAY Mírian et al. *Escolas de Paz*. Brasília: Unesco, Gov. do Estado do Rio de Janeiro/ Secr. de Estado de Educação e Univ. do Rio de Janeiro, 2001.
- BOFF, Leonardo, BETTO, Frei, BOGO, Ademar. *Valores de uma Prática Militante. Consulta popular*. Cartilha n. 09. São Paulo: Consulta Popular, 2000.
- BOULDING, Elise. *Cultures of peace: the hidden side of history*. New York: Syracuse University Press, 2000.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.
- CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL, 1993.

CORREA, Rosângela Azevedo. Cultura, Educação para, sobre e na Paz. In: MILANI, F.; JESUS, R. C. (Org.). *Cultura de Paz: estratégias, mapas e bússolas*. Salvador: Inpaz, 2003, p. 97-141.

COSTA, Eloísa de Campos; GOMES, Carlos Minayo. *Superar a cultura da violência: um desafio para a escola*. São Paulo: Papirus, 1999.

DORNELES, Denise Freitas. *A prática do Assistente Social em uma comunidade sustentável: Desafios para a sociedade contemporânea*. Tese de Doutorado – Faculdade de Serviço Social, PUCRS, 2005.

GROSSI, Patricia Krieger et al. Violência no meio escolar: a inclusão social através da educação para paz. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, 2005. (revista virtual)

GUIMARÃES, Marcelo R. *Aprender a educar para a paz*. Porto Alegre: Educapaz, 2003.

JARES, Xesús. *Educação para a paz: sua teoria e sua prática*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MALDONADO, Maria Tereza. *Os construtores da paz: caminhos para a prevenção da violência*. São Paulo: Moderna, 1997.

MILANI, Feizi M. Cultura de paz X violência. Papel e desafios da escola. In: MILANI, F. et al. (Org.). *Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas*. Salvador: INPAZ, 2003.

MORIN, Edgar. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

———. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Garamond, 2000.

SILVA, Nelson Pedro. *Ética, indisciplina e violência nas escolas*. Petrópolis: Vozes, 2004.

UNESCO. *Kit de informação sobre o movimento global para o Ano Internacional da Cultura da Paz*. Brasília: Unesco, 1999.

UNESCO. Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014. Documento final do plano internacional de implementação. Brasília: Unesco, Orealc, 2005.